



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

PROCESSO LICITATÓRIO N° 318/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
BENS E SERVIÇOS COMUNS (Art. 6º, XIII, XLI)

1. Preâmbulo/Convocação
2. Objeto
3. Previsão de recursos orçamentários
4. Esclarecimentos e impugnação ao edital
5. Vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato
6. LGPD
7. Aplicação da Lei Complementar nº 123/2006
8. Participação de consórcios
9. Participação dos profissionais organizados sob a forma de cooperativa
10. Regras gerais para documentação
11. Fases de PROPOSTA e HABILITAÇÃO
12. Propostas
13. Verificação de impedimentos no CEIS e CNEP
14. Julgamento das propostas
15. Habilitação
16. Recursos e Pedidos de Reconsideração
17. Adjudicação e Homologação
18. Contrato Administrativo (regras para formalização, gestão e fiscalização)
19. Gestão e Fiscalização
20. Recebimento do objeto
21. Pagamento
22. Das retenções
23. Penalidades
24. Disposições finais
25. Anexos:
 - I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;
 - II - Termo de Referência – TR;
 - III - Orçamento Máximo;
 - IV - Contrato Administrativo;
 - V - Municípios que aplicam o benefício local/regional.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

1. PRÊAMBULO

1.1. O Município de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.940.776/0001-56, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, senhor Eder Picoli, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo licitatório:

- I - **Regime legal:** Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 (art. 4º).
- II - **Modalidade:** Pregão (art. 6º, XLI)
- III - **Critério de Julgamento:** Menor Preço – por item
- IV - **Modo de disputa:** Aberto
- V - **Intervalo entre os lances:** R\$ 1,00 (um real)
- VI - **Forma:** Eletrônica (art. 17, § 2º)
- VII - **Plataforma:** www.portaldecompraspublicas.com.br
- VIII - **Data da Sessão Pública:** **21/05/2026** (08 dias úteis - art. 55, I, “a”)
- IX - **Recebimento das propostas:** **das 08h00min horas do dia 11/05/2026 até as 08h00min do dia 21/05/2026;**
- X - **Horário de início da Sessão Pública:** 08h00min (horário de Brasília/DF)
- XI - **Abertura das propostas:** **21/05/2026 às 08h00min;**
- XII - **Código do Município (Portal de Compras Públicas):** 1671
- XIII - **Condução do processo licitatório:** Agente de contratação e Equipe de Apoio – Paula Balestreri (Pregoeira), Carolina Paula Mariani e Carina Eloiza Spezia (Decreto Municipal nº 074/2026).

2. OBJETO

2.1. AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS INFANTIS, CERCADOS INFANTIS EM PVC, MOTOCAS, BALANÇOS E GANGORRAS INFANTIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E NOVA UNIDADE DE CRECHE MUNICIPAL, VISANDO PROPORCIONAR AMBIENTES SEGUROS, ORGANIZADOS E ADEQUADOS AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS.

| Item | Quant | Und | Descrição | Valor Mediano | Total |
|------|-------|-----|--|---------------|---------------|
| 01 | 1 | Un | PLAYGROUND EXTERNO – MODELO PLAY COM 03 TORRES Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com aditivo anti-UV, atóxico, resistente às intempéries e de fácil higienização. | R\$ 32.561,38 | R\$ 32.561,38 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------------|------------------|
| | | | <p>Estruturas de sustentação reforçadas, podendo conter partes metálicas galvanizadas com pintura eletrostática a pó.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 4,50 m• Largura total: mínimo de 3,50 m• Altura total: máximo de 3,00 m• Altura das plataformas: até 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 03 torres com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 03 plataformas com piso antiderrapante;• 01 passarela fixa ou ponte interligando as torres, com laterais de proteção;• 01 escorregador reto;• 01 escorregador curvo ou ondulado;• 01 escada de acesso com degraus largos e corrimão;• 01 módulo de escalada ou rampa com apoios;• Painéis laterais de proteção com elementos lúdicos. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com proteção UV;• Cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Parafusos embutidos e protegidos;• Fixação ao solo por sistema de ancoragem ou concretagem;• Área de entorno com piso amortecedor (emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos ou 3 a 10 anos (conforme fabricante);• Capacidade mínima de 8 a 12 crianças simultaneamente.• COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 02 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND INTERNO – MULTIBRINQUEDO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL</p> <p>Equipamento recreativo de uso interno, destinado a crianças da Educação Infantil (creche e pré-escola), confeccionado em estrutura metálica galvanizada com pintura eletrostática, revestida com proteção acolchoada em</p> | R\$ 35.018,63 | R\$ 35.018,63 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|------------------|------------------|
| | | | <p>espuma de alta densidade e acabamento em material vinílico atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Composto por módulos interligados contendo, no mínimo: escorregador infantil, piscina de bolinhas, túnel lúdico, obstáculos em espuma, rampa ou pequena escalada adaptada à faixa etária e plataforma com fechamento em rede de proteção.</p> <p>Deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura segura, estável e resistente;• Proteções laterais em rede ou material equivalente;• Piso emborrachado ou placas de EVA para absorção de impacto;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes ou pontiagudas;• Materiais atóxicos e laváveis;• Certificação conforme normas de segurança vigentes; • Indicação de faixa etária recomendada (0 a 5 anos ou conforme especificação do fabricante).• comprimento: mínimo de 3,00 metros• Largura: mínimo de 2,00 metros• Altura total: máximo de 2,20 metros• Altura da plataforma: máximo de 1,20 metros <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 escorregador infantil com altura compatível com a plataforma;• 01 piscina de bolinhas com, no mínimo, 1.000 bolinhas coloridas atóxicas;• 01 túnel lúdico em material acolchoado;• 01 rampa ou módulo de escalada com pegadores revestidos;• Obstáculos internos em espuma;• Plataforma superior com fechamento total em rede de proteção. <p>COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> | | |
| 03 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – 01 TORRE COM ESCORREGADOR E BALANÇO (EM PLÁSTICO</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com</p> | R\$ 17.750,56 | R\$ 17.750,56 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|-----------------|------------------|
| | | | <p>proteção UV, material atóxico, resistente às intempéries (sol e chuva), de fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 3,00 m• Largura total: mínimo de 2,50 m• Altura total: máximo de 2,50 m• Altura da plataforma (torre): máximo de 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 torre com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 01 plataforma com piso antiderrapante;• 01 escorregador infantil acoplado, com laterais elevadas de proteção;• 01 balanço com estrutura plástica reforçada ou metálica galvanizada, contendo assento tipo cadeirinha (para faixa etária de 2 a 5 anos) ou assento anatômico em plástico reforçado, com correntes galvanizadas e revestidas;• 01 escada com degraus largos, antiderrapantes e corrimão integrado. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com aditivo anti-UV;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes;• Fixação segura ao solo por meio de sistema de ancoragem ou concretagem;• Parafusos embutidos e protegidos;• Piso do entorno com material amortecedor (piso emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos;• Capacidade mínima de 3 a 5 crianças simultaneamente. <p>COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> | | |
| 04 | 15 | Un | <p>BALANÇO INFANTIL</p> <p>Balanço infantil destinado ao uso em unidades de Educação Infantil, adequado para crianças pequenas, proporcionando atividades recreativas seguras e estímulo ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e percepção corporal.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em material plástico rotomoldado ou</p> | R\$ 1.220,47 | R\$ 18.307,05 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------|-------------|
| | | | <p>polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A estrutura deverá apresentar alta estabilidade e resistência às intempéries, podendo ser utilizada em ambientes internos e externos. O assento deverá possuir formato anatômico, com proteção lateral e frontal ou sistema de segurança adequado à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• estrutura segura e estável;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• capacidade adequada para crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| 05 | 15 | Un | <p>GANGORRA INFANTIL</p> <p>Gangorra infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, projetada para atividades recreativas seguras, contribuindo para o desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora, força muscular e interação social entre as crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado, polietileno de alta resistência ou material equivalente, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A base deverá possuir estrutura estável e sistema de amortecimento ou apoio inferior que reduza impactos durante o movimento. Os assentos deverão ser anatômicos e equipados com alças ou pegadores ergonômicos que proporcionem firmeza e segurança.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável; | R\$ 276,91 | R\$4.153,65 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|---------------|-----------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• capacidade para duas ou mais crianças simultaneamente;• assentos anatômicos com pegadores de segurança;• base estável com sistema de redução de impacto;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol, umidade e intempéries;• fácil limpeza e manutenção;• adequado à faixa etária da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue montado ou com instruções claras de montagem, acompanhado de manual de uso e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| 06 | 20 | Un | <p>MOTOCA INFANTIL</p> <p>Motoca infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, desenvolvida para atividades recreativas seguras que estimulem a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a autonomia e a orientação espacial das crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura reforçada, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>Deverá possuir design ergonômico, assento anatômico e rodas largas que proporcionem estabilidade e deslizamento suave, evitando tombamentos e garantindo segurança à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• estrutura reforçada e estável;• rodas largas e resistentes para maior equilíbrio;• assento anatômico e confortável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção; | R\$ 214,89 | R\$ 4.297,80 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|--------------|------|----|--|------------|----------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• adequado para uso interno e externo;• capacidade compatível com crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA | | |
| 07 | 37 m | Un | CERCADO INFANTIL EM PLÁSTICO Cercado modular destinado à organização e delimitação de espaços em ambiente escolar, especialmente para uso na Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente e de fácil higienização. Dimensões mínimas sugeridas: <ul style="list-style-type: none">• Altura mínima dos painéis: 60 cm a 80 cm• Largura mínima de cada módulo: 60 cm• Espessura reforçada para maior estabilidade Composição mínima: <ul style="list-style-type: none">• Conjunto com no mínimo 06 a 08 módulos interligáveis;• 01 módulo com portão de acesso com trava de segurança externa;• Sistema de encaixe firme entre os painéis;• Base estável com pés antiderrapantes. Especificações: <ul style="list-style-type: none">• Material resistente a impactos;• Cantos arredondados e sem arestas cortantes;• Superfície lisa e lavável;• Cores variadas e atrativas;• Possibilidade de montagem em formatos variados (circular, quadrado, retangular);• Indicação de faixa etária: 0 a 5 anos.• metragem 14,5x4 = TOTAL 37 metros COM MONTAGEM INCLUSA | R\$ 904,15 | R\$ 904,15 |
| TOTAL | | | | | R\$112.993,22 |

2.3. O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (**ANEXO I**) e no Termo de Referência (**ANEXO II**) (art. 18, I e II).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

2.4. Valor estimado do objeto: **R\$112.993,22 (cento e doze mil, novecentos e noventa e três reais e vinte de dois centavos).**

2.5. Fica vedada, no todo ou em partes, a subcontratação do presente objeto de licitação.

3. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

| Desp. | Fonte | Projeto/Atividade | Nome do Projeto/Atividade | Elemento | Descrição do Elemento |
|--------------|----------------------|--------------------------|--|-----------------|---|
| 71 | 1550 7000 0000 | 123650011.2.026 | Manutenção da Educação Infantil - Creche | 33903099 | Outros Materiais de Consumo |
| 73 | 1500 1001 0000 | 123650011.2.026 | Manutenção da Educação Infantil - Creche | 44905299 | Outros Equipamentos e Materiais Permanentes |

3.2. Os recursos serão oriundos do município e do Estado de Santa Catarina.

4. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** o edital de licitação por irregularidade na aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164).

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame (art. 164, p. ú.).

4.3. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º).

5. VEDAÇÕES PARA DISPUTAR O CERTAME E PARTICIPAR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. São vedações para disputar o certame e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

I - Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que se equiparam aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

Obs. 1: A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade (art. 14, § 2º).

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 3º).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação (art. 14, IV);

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V);

VII - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, p. ú.);

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

5.2. O licitante deverá apresentar declaração que não incorre nos impedimentos (**ANEXO III**).

6. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI Nº 13.709/2018)

6.1. Para finalidade da efetiva participação do LICITANTE no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelar e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

6.2. O LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

6.3. O MUNICÍPIO e o LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

6.4. O LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar (**ANEXO IV**).

6.5. É vedado ao LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6.6. O LICITANTE fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

6.7. As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

6.8. O LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

6.9. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

6.10. As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto ora licitado, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

6.11. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedor(es)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

6.12. Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) LICITANTE(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

6.13. A LICITANTE para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, deverá acessar o link <http://www.caibi.atende.net> e para maiores informações, poderá contatar com o Encarregado de Dados, por meio do endereço eletrônico de e-mail tributacao@caibi.sc.gov.br.

7. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1. Conforme art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, exceto (art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - No caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- II - No caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conforme art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.3. Para os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 3º):

- I - Sociedade empresária;
- II - Sociedade simples;
- III - Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI;
- IV - Empresário a que se refere o art. 966 do [Código Civil](#):



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- a) Quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços (art. 966, *caput*);
- b) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966, parágrafo único).

7.4. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo-se a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local e regional que façam parte da **AMERIOS (Associação do Município Entre Rios), (ANEXO XII)**, nos termos e limites Decreto Municipal nº 234/2022 de 29 de setembro de 2022, especificamente, no art. 20, alíneas “a” e “b” e, no que for omissivo, pelo Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015.

7.4.1. Na primeira chamada prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas LOCAL até o limite de 10% do melhor preço válido. (art. 48 § 3º Lei 123/06. Prejulgado TCE/SC 2205).

7.4.2. Caso não houver (existir) empresas locais a prioridade de contratação será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido. (art.48 § 3º Lei 123/06. Prejulgado TCE/SC 2205).

7.4.3. Fundamenta-se a aplicação do instituto da prioridade de contratação, até o limite de legal do menor preço válido, de empresas sediadas no local, com base na no art. 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 234/2022, de 29 de setembro de 2022, que estabelece o tratamento diferenciado, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

7.4.4. Justifica-se a utilização do instituto da prioridade de contratação de empresas sediadas no âmbito local em razão:

7.4.5.1. Do fortalecimento do comércio local e consequente desenvolvimento proporcionado ao Município através dos impostos que são gerados e que, reinvestidos, convertem-se em novos bens e serviços oferecidos à população do Município;

7.4.5.2. Da agilidade na entrega e execução de serviços, os quais têm seus custos barateados no que tange aos valores referentes ao frete e demais custos em razão da distância entre o Município e a empresa;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

7.4.5.3. Da expansão quantitativa e qualitativa no campo econômico, social e ambiental, com ativação do desenvolvimento socioeconômico local e aumento da prosperidade econômica, com aumento de empregos e melhor distribuição de renda.

7.5. As microempresas ou empresas de pequeno porte indicadas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 devem estar devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I - No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- II - No caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- III - No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7.6. Os efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam ao Microempreendedor Individual – MEI que (art. 18-A, § 1º):

- I - Tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais);
- II - Optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista no art. 18-A da LC 123/2006;
- III - Seja empresário individual que se enquadre na definição do art. 966 do [Código Civil](#).

7.7. Também se considera Microempreendedor Individual – MEI para a Lei Complementar nº 123/2006 o empreendedor que exerça:

- I - As atividades de que trata o § 4º-A do art. 18-A:

§ 4º-A Observadas as demais condições deste artigo, poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput o empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista.

- II - As atividades de que trata o § 4º-B do art. 18-A, estabelecidas pelo CGSN:

§ 4º-B O CGSN determinará as atividades autorizadas a optar pela sistemática de recolhimento de que trata este artigo, de forma a evitar a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

fragilização das relações de trabalho, bem como sobre a incidência do ICMS e do ISS.

III - As atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural.

7.8. As disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 também se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ([Lei nº 11.488/2007](#), art. 34).

7.9. Para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentar declaração que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II) (**ANEXO V**).

7.10. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133/2021.

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8.1. É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV).

8.2. A responsabilidade dos integrantes é solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato (art. 15, V).

8.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração Pública Municipal e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio (art. 15, § 5º).

8.4. Na fase de habilitação:

I - TÉCNICA: é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado (art. 15, III – primeira parte);

II - ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Admissão do somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, III



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

– segunda parte);

b) Acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção (art. 15, § 1º); o referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei (art. 15, § 2º).

8.5. A assinatura do contrato será condicionada à (art. 15, § 3º):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

9. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

9.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133/2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências;

b) Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012 – Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACCOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

c) Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

9.2. Conforme art. 34 da Lei nº 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.

10. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO

10.1. Conforme art. 12 da Lei nº 14.133/2021:

I - Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

II - Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

III - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;

IV - A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública Municipal, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

V - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

VI - Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VII - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

11. FASES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

11.1. Para este certame, a fase de PROPOSTA será anterior à fase de HABILITAÇÃO.

11.2. A fase RECURSAL será única (art. 165, § 1º, II).

12. DAS PROPOSTAS

12.1. DO CREDENCIAMENTO

12.1.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

12.1.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE CAIBI/SC, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

12.2.1. Para elaboração das propostas o licitante deve:

I - Apresentar sua proposta com valor não superior ao valor máximo indicado pela Administração Pública Municipal (art. 24);

II - Elaborar sua proposta levando em consideração a utilização de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas existentes no local da execução, conservação e operação do bem ou serviço (art. 25, § 2º).

III - A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, contendo marca (desde que não identifique o licitante e, neste caso, deverá constar como “marca própria”), valor unitário, valor total de cada item e demais informações necessárias, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2.2. O conteúdo das propostas é sigiloso até a abertura da sessão pública (art. 13, I da Lei nº 14.133/2021), sob pena de incursão no art. 337-J do Código Penal¹.

12.2.3. O licitante deverá encaminhar proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então se encerrará automaticamente a etapa de envio da proposta.

12.2.4. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

Obs: Quando a marca identificar a empresa este campo deverá ser preenchido como “marca própria”, sob pena de desclassificação do certame.

12.2.5. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

12.2.6. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital, salvo prazo maior estipulado de forma expressa pelo licitante.

¹ Violação de sigilo em licitação

[Art. 337-J](#). Devassar o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena - detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

12.2.7. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

12.2.8. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, na plataforma www.portaldecompraspublicas.com.br.

12.2.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **pregoeiro** e os licitantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.2.10. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

12.2.11. Aberta a etapa de lances, os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo que os lances deverão ser inferiores ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

12.2.12. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa **ABERTO**:

I - ABERTO:

a) 10 (dez) minutos de lances sucessivos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos;

b) A prorrogação automática será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação;

c) Não havendo novos lances nos últimos 2 (dois) minutos, a sessão pública será encerrada automaticamente;

d) Encerrada a etapa de lances, com ou sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o **pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício do envio de lances, em prol da consecução do melhor preço;

e) Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

f) Durante o envio de lances, o **pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível ou decorrente de equívoco de digitação;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

g) Se ocorrer a desconexão do **pregoeiro** no decorrer do envio de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2.13. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro concederá o prazo mínimo de **02 (duas) horas, para negociação de melhor preço, e envio das propostas readequadas**, diretamente no sistema da plataforma de pregão eletrônico, podendo tal prazo ser prorrogado no máximo por igual período, levada em consideração a complexidade do objeto a ser licitado, o número de itens do processo licitatório ou outras particularidades do caso concreto, sempre fundamentado e comunicado via chat tal prorrogação.

Obs.: O cadastramento e envio de propostas readequadas, diretamente na plataforma de pregão eletrônico, é condição indispensável para posterior adjudicação do processo licitatório, sendo que o não envio das propostas readequadas, no prazo estipulado pelo pregoeiro, importará na desclassificação do proponente.

12.2.14. No caso de a desconexão do **pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

13. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

13.1. Encerrada a etapa de lances, durante o período de cadastro das propostas readequadas, o pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

13.2. A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

13.3. A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal².

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Serão desclassificadas as propostas que (art. 59, *caput*, da Lei nº 14.133/2021):

- I -** Contiverem vícios insanáveis;
- II -** Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III -** Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV -** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública Municipal;
- V -** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- VI -** Não apresentarem declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.3. EXEQUIBILIDADE:

14.3.1. A Administração Pública Municipal poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto em IV do tópico 14.1 (art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.3.2. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: no caso de a proposta vencedora for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deve o licitante apresentar garantia, equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas neste edital (art. 59, § 5º).

14.3.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a:

² **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- I - BENS E SERVIÇOS QUE NÃO SÃO DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal.
- II - SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA: **75%** do valor máximo definido pela Administração Pública Municipal (art. 59, § 4º).

14.4. EMPATE:

14.4.1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133/2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle, quando existir.

14.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA:

14.5.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por (art. 60, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências).

14.5.2. Ainda, devem ser aplicadas as regras dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (art. 60, § 2º da Lei nº 14.133/2021): se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por licitante apto a usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) e se houver proposta igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, apresentada por licitante que possa usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7), se procederá da seguinte forma:

I - O licitante coberto pelos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006 (ver tópico 7) mais bem classificado poderá, no prazo máximo de 5 (cinco)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatário;

II - Não sendo adjudicatário na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.76. NEGOCIAÇÃO:

14.6.1. Definido o resultado do julgamento, a Administração Pública Municipal poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (art. 61, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

14.6.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

14.6.3. A negociação será conduzida pelo **pregoeiro**, conforme a Lei Federal nº 14.133 e regulamento municipal, realizada por meio do sistema eletrônico, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes (art. 61, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

14.7. Se a proposta for desclassificada o **pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Encerrado o julgamento das propostas, será exigido do licitante com a melhor proposta os documentos de habilitação, o qual terá o tempo máximo de 02 (duas) horas para anexar no sistema (art. 63, II).

Obs. 1: O licitante, caso opte, poderá anexar toda a documentação de habilitação antes da sessão pública, diretamente na plataforma do pregão eletrônico, e neste caso, o pregoeiro, verificando a juntada dos documentos, poderá dispensar o prazo previsto no item 15.1, ficando neste caso vedada a inclusão posterior de documento, caso opte por anexá-los antes da sessão pública, em atenção ao art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. O **pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

15.3. Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.

15.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.

15.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

15.6. Em se tratando de licitante indicado no tópico 7, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal.

15.7. A não regularização da documentação no prazo previsto anteriormente implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.9. PESSOA JURÍDICA:

I – DECLARAÇÕES (marcar a ciência/concordância no campo específico da plataforma eletrônica de licitação):

a) Declaração de que a licitante não ultrapassa o limite de faturamento e cumpre com os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;

b) Declaração de ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento – art. 63, I da Lei nº 14.133/2021;

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas - art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021;

d) Declaração de que a(s) proposta(s) econômica(s) compreende(m) a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas - art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021;

e) Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos – art. 68, inciso VI da Lei n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

f) Declaração de não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Declaração, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;

h) Declaração, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, não incorrendo nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - HABILITAÇÃO JURÍDICA (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

c) Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).

III - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- a) Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011
- f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

IV - ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau), disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>.

V - COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:

Encerrada a etapa de lances, o **pregoeiro e equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das condições de participação**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

- a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante. Disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

b - Consulta de Pessoa Física

- a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php?validar=for m>.

Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

VII – COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Obs.: Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 60 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.

15.10. Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado o vencedor.

16. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

16.1. Cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

- I - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);
- II - Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);
- III - Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);
- IV - Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

16.2. Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;
- II - A apreciação dar-se-á em fase única.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

16.4. Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

16.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

16.6. Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

16.6.1. Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

16.7. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

16.8. Cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico (art. 165, II da Lei nº 14.133/2021).

16.9. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação (art. 166, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.9.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 166, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

16.10. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento (art. 167 da Lei nº 14.133/2021).

16.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (art. 168, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

16.12. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subseqüentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

17.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

17.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

17.5. A anulação do processo licitatório induz à da ata de registro de preços e do contrato.

17.6. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18. CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

18.1.1. O contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado (art. 89, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2. A Administração Pública Municipal convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 90, *caput* da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

18.1.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração (art. 90, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.2. Poderá a Administração Pública Municipal, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor (art. 90, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá (a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; (b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição (art. 90, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º), sendo que tal regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.2.6. É possível que a Administração convoque os demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021 (art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 91, *caput* da Lei nº 14.133/2021)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

18.1.3.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento (art. 91, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.3.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e para serem juntadas ao respectivo processo (Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4. Os contratos administrativos obedecerão irrestritamente ao disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.4.1. O contrato administrativo poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço no caso de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95, II), aplicando no que couber o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021 (art. 95, II c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2. O contrato terá seu preço reajustado pelo índice IPCA-e com data-base vinculada à data do orçamento estimado (art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

18.1.4.2.1. Poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 92, § 3º, [parte final] da Lei nº 14.133/2021).

18.1.5. O contrato administrativo será publicado no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

18.1.6. No caso de consórcio: fica condicionada a assinatura do contrato a (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados (art. 15, I);

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, II).

18.1.7. Obrigações do CONTRATADO:

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- b) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.
- c) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- d) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.
- e) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- h) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- i) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;
- j) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

18.1.8. Obrigações do CONTRATANTE:

- a) Supervisionar a execução da prestação do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- b) Notificar, por escrito e verbalmente, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de prestação do objeto, fixando prazo para a sua correção.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- c) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
 - d) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
 - e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta.
 - f) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
 - g) Não permitir que o pessoal da CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas.
 - h) Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, dos serviços a serem prestados.
 - i) Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que não mereça sua confiança, que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício de suas funções.
 - j) Efetuar o pagamento devido pela perfeita prestação dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
 - k) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
 - l) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
 - m) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos;
 - n) Rejeitar os serviços em desconformidade com o presente instrumento.
- 18.1.9.** Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):
- a)** Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.1.9.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.9.2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.1.9.3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.1.9.3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.1.9.3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

18.1.9.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.1.9.4.1. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.1.9.4.2. Na hipótese do inciso II o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

18.1.9.5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

19. GESTÃO DO CONTRATO / ATA

19.1. A gestão do contrato caberá ao senhor Eder Picoli, prefeito Municipal.

19.2. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO / ATA

19.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela senhora Ducelia Terezinha Cé Naibo, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021

19.2.2. A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

19.2.3. Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

19.2.4. A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

20. RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. O objeto será recebido (art. 140, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

I - Em se tratando de obras e serviços:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

II - Em se tratando de compras:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

20.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato (art. 140, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

20.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

20.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão, conforme Decreto Municipal nº 259/2022 (art. 140, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

20.5. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado (art. 140, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

20.6. Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto (art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

20.7. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021).

21. PAGAMENTO DO OBJETO

21.1. No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):

I - Fornecimento de bens;

II - Locações;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- III - Prestação de serviços;
- IV - Realização de obras.

21.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina – TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I - Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II - Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III - Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- IV - Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- V - Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

21.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

21.4. A Administração Pública Municipal deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem (art. 141, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

21.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (art. 143 da Lei nº 14.133/2021).

21.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços (art. 145, *caput* da Lei nº 14.133/2021).

21.6.1. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, hipótese que deverá ser **previamente justificada** no processo licitatório (art. 145, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

21.6.2. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido (art. 145, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

21.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#) – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (art. 146 da Lei nº 14.133/2021).

22. DAS RETENÇÕES

22.1 - Quando se tratar de contratação de bens e serviços em geral:

21.1.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

a) ISSQN – A alíquota correspondente ao serviço previsto nos subitens do ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, que terá como base de cálculo o preço total do serviço. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal.

b) IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das entidades que possuem imunidade tributária, das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

22.2 - Quando se tratar de contratação de obra global:

21.2.1 - O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

a) ISSQN – A alíquota de 4,0% (quatro por cento), que terá como base de cálculo o preço total do serviço, dele podendo ser deduzido somente o valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICMS, conforme previsto nos subitens 7.02 e 7.05 do ANEXO II – LISTA DE FATOS GERADORES E ALÍQUOTAS DO ISS, o qual integra a Lei Complementar Municipal nº 054/2017, c/c com a Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

b) IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 95/2023, de 18 de abril de 2023, exceto das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

23. PENALIDADES

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

23.2. Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

| | | |
|---|-------------------------------|---|
| I | Advertência (art. 156, § 2º). | I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada |
|---|-------------------------------|---|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | |
|---|---|--|
| | | cumulativamente com multa (art. 156, § 7º). |
| I | Multa de 10% sobre o valor global do contrato. | Qualquer infração (art. 156, § 3º). |
| I | Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caibi, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º). | II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º). |
| I | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º). | VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º). |

23.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.4. Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 21.1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Incisos III e IV do item 21.1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O licitante ou o contratado será intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 23.1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

23.6. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

23.8. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

23.9. A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

23.10. A forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos seguirá o disposto no regulamento municipal (art. 161, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

23.11. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

23.11.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

23.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Caibi, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021).

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

II - Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

23.12.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do caput do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. É facultado ao **pregoeiro** ou ao Prefeito Municipal, em qualquer fase deste processo licitatório, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

24.2. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos licitantes para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

24.3. Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Caibi, portanto, serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso municipal.

24.4. Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Caibi (www.caibi.sc.gov.br);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

IV - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

25. DOS ANEXOS

25.1. São anexos deste edital:

I - Estudo Técnico Preliminar – ETP;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- II** - Termo de Referência – TR;
- III** - Orçamento máximo;
- IV** - Minuta do Contrato Administrativo;
- V** - Municípios com benefício local/regional.

25.2. As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Palmitos - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Caibi - SC, 08 de maio de 2026.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e aprovado pela assessoria jurídica deste município.

TAISON GASPARIN
OAB/SC 52373



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XX c/c art. 18, §§ 1º e 2º)

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.

A presente contratação visa à aquisição de playgrounds infantis internos e externos, cercado infantil em PVC, motocas, balanços e gangorras infantis para instalação na Unidades de Educação Infantil da rede municipal, e unidade de creche nova com o objetivo de suprir a necessidade das unidades infantis e no espaços seguros, adequados e pedagogicamente estruturados para o desenvolvimento integral das crianças.

Atualmente, observa-se a insuficiência e, em alguns casos, a inexistência de equipamentos recreativos apropriados, bem como a ausência de áreas delimitadas que garantam a segurança das crianças durante as atividades lúdicas. Tal situação compromete o desenvolvimento motor, cognitivo e social dos estudantes, além de aumentar os riscos de acidentes.

A instalação dos playgrounds interno e externo e cercado infantil em PVC proporcionará ambientes organizados, seguros e adequados às faixas etárias atendidas. As motocas contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora ampla e da autonomia; os balanços e gangorras infantil estimularão o equilíbrio e a percepção corporal; essenciais ao processo educativo na primeira infância.

Os cercados infantis contribuirão para a delimitação de espaços, organização das turmas e prevenção de acidentes, especialmente em áreas externas.

A aquisição justifica-se sob a perspectiva do interesse público, considerando:

- a promoção do desenvolvimento físico, motor, emocional e social das crianças;
- a garantia de ambientes seguros e adequados conforme normas de segurança;
- a melhoria da infraestrutura escolar e das condições de permanência dos alunos;
- o atendimento às diretrizes da Educação Infantil previstas na Base Nacional Comum Curricular, que reconhece o brincar como direito de aprendizagem;
- a redução de riscos à integridade física das crianças;
- o fortalecimento das políticas públicas voltadas à qualidade da Educação Infantil.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e alinhada ao dever da Administração Pública de oferecer espaços educativos seguros, inclusivos e propícios ao desenvolvimento integral das crianças.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- HABILITAÇÃO JURÍDICA (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

c) Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).

- FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):

a) Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011

f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);

- ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau).

- COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Encerrada a etapa de lances, o **Agente de Contratação e equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das condições de participação**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

- a) Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante. Disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

b - Consulta de Pessoa Física

- a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form
- b) Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.

: COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

a) Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. **Obs.: Esta(s) certidão(ões) deve(m) ter sido emitida(s) no prazo máximo de 60 dias contados da data de publicação do edital. Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.**

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atender à necessidade de implantação de espaços lúdicos seguros nas unidades de Educação Infantil, considerando critérios de segurança, durabilidade, custo-benefício e adequação pedagógica.

Foram analisadas as seguintes alternativas:

- a) Estruturas recreativas em madeira
- Vantagens: estética natural e boa resistência estrutural.
 - Desvantagens: necessidade frequente de manutenção, risco de farpas, deterioração por umidade e pragas, menor durabilidade em áreas externas e maior custo de conservação.
- b) Estruturas metálicas
- Vantagens: alta resistência e longa vida útil.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- Desvantagens: aquecimento excessivo quando expostas ao sol, risco de ferrugem, necessidade de pintura periódica, maior risco de acidentes e menor adequação para crianças pequenas.
c) Equipamentos recreativos em plástico rotomoldado/PVC (playgrounds modulares, cercados infantis, motocas, balanços e gangorras infantis)
- Vantagens:
superfícies lisas e seguras, reduzindo riscos de acidentes;
material atóxico, resistente e de fácil higienização;
alta durabilidade e resistência às intempéries;
baixa necessidade de manutenção;
leveza que permite reorganização dos espaços;
adequação ergonômica às faixas etárias da Educação Infantil;
custo de manutenção reduzido ao longo do tempo.
- Desvantagens: menor resistência a vandalismo quando comparado ao metal, exigindo supervisão adequada.
d) Espaços recreativos improvisados sem equipamentos adequados
- Vantagens: custo inicial reduzido.
- Desvantagens: ausência de segurança, limitação pedagógica, maior risco de acidentes e não atendimento às diretrizes educacionais.
Justificativa técnica e econômica da escolha pós análise comparativa, a aquisição de equipamentos recreativos em plástico rotomoldado/PVC, incluindo playgrounds, cercados infantis, motocas, balanços e gangorras infantis, apresenta-se como a solução mais vantajosa técnica e economicamente, considerando:
 - maior segurança e adequação às normas aplicáveis à educação infantil;
 - durabilidade e resistência às condições climáticas;
 - facilidade de limpeza e higienização, essencial em ambientes escolares;
 - redução de custos com manutenção preventiva e corretiva;
 - adequação pedagógica ao desenvolvimento motor e social das crianças;
 - flexibilidade de organização dos espaços escolares;
 - melhor relação custo-benefício ao longo da vida útil dos equipamentos.Dessa forma, a solução selecionada atende plenamente ao interesse público, garantindo segurança, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de promover ambientes adequados ao desenvolvimento integral das crianças.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A solução proposta consiste na aquisição e instalação de playgrounds modulares,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

cercados Infantis em PVC, motocas, balanços e gangorras Infantis, destinados às unidades de Educação Infantil da rede municipal, visando proporcionar ambientes lúdicos seguros, organizados e adequados ao desenvolvimento integral das crianças.

Os equipamentos deverão ser fabricados em plástico rotomoldado ou PVC de alta resistência, com material atóxico, superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura segura, adequados à faixa etária atendida. Os playgrounds deverão possuir módulos interativos que estimulem a coordenação motora, equilíbrio e socialização. Os cercados infantis deverão permitir a delimitação segura dos espaços. As motocas, balanços e gangorras infantil deverão favorecer o desenvolvimento da coordenação motora ampla, equilíbrio, autonomia e atividades simbólicas.

A solução contempla:

- fornecimento dos equipamentos;
- montagem e instalação quando necessário;
- entrega em perfeitas condições de uso;
- garantia contra defeitos de fabricação;
- manual de instruções em língua portuguesa;
- certificação de conformidade com normas de segurança aplicáveis;
- orientação básica para uso seguro e conservação dos equipamentos.

Exigências relacionadas à manutenção

Os equipamentos deverão possuir alta durabilidade e baixa necessidade de manutenção, devendo:

- permitir limpeza simples com água e sabão neutro;
- apresentar resistência às intempéries, umidade e exposição solar;
- possuir peças substituíveis, quando aplicável;
- manter estabilidade estrutural e integridade das conexões.

A manutenção preventiva consistirá em inspeções periódicas realizadas pela equipe da unidade escolar para verificação de fixações, estabilidade, desgaste e condições de segurança.

Assistência técnica e garantia

O fornecedor deverá oferecer:

- garantia mínima contra defeitos de fabricação;
- substituição de peças defeituosas durante o período de garantia;
- suporte técnico para orientações de montagem, reposição de peças e conservação;
- disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional.

Não se prevê manutenção técnica especializada contínua, considerando a durabilidade e simplicidade dos materiais, sendo necessária assistência apenas em casos de defeitos de fabricação ou substituição de componentes. A vida útil estimada dos equipamentos é de no mínimo cinco anos, podendo ser ampliada mediante uso adequado e manutenção preventiva.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As quantidades foram definidas com base no número de unidades escolares, na demanda da nova creche municipal, no quantitativo de crianças atendidas e na necessidade de garantir uso seguro e coletivo dos equipamentos.

| | Quant. | Und | Descrição |
|----|--------|-----|---|
| 01 | 1 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – MODELO PLAY COM 03 TORRES</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com aditivo anti-UV, atóxico, resistente às intempéries e de fácil higienização. Estruturas de sustentação reforçadas, podendo conter partes metálicas galvanizadas com pintura eletrostática a pó.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 4,50 m• Largura total: mínimo de 3,50 m• Altura total: máximo de 3,00 m• Altura das plataformas: até 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 03 torres com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 03 plataformas com piso antiderrapante;• 01 passarela fixa ou ponte interligando as torres, com laterais de proteção;• 01 escorregador reto;• 01 escorregador curvo ou ondulado;• 01 escada de acesso com degraus largos e corrimão;• 01 módulo de escalada ou rampa com apoios;• Painéis laterais de proteção com elementos lúdicos. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com proteção UV;• Cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Parafusos embutidos e protegidos;• Fixação ao solo por sistema de ancoragem ou concretagem; |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|----|----|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Área de entorno com piso amortecedor (emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos ou 3 a 10 anos (conforme fabricante);• Capacidade mínima de 8 a 12 crianças simultaneamente.• COM INSTALAÇÃO INCLUSA |
| 02 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND INTERNO – MULTIBRINQUEDO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL</p> <p>Equipamento recreativo de uso interno, destinado a crianças da Educação Infantil (creche e pré-escola), confeccionado em estrutura metálica galvanizada com pintura eletrostática, revestida com proteção acolchoada em espuma de alta densidade e acabamento em material vinílico atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Composto por módulos interligados contendo, no mínimo: escorregador infantil, piscina de bolinhas, túnel lúdico, obstáculos em espuma, rampa ou pequena escalada adaptada à faixa etária e plataforma com fechamento em rede de proteção.</p> <p>Deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura segura, estável e resistente;• Proteções laterais em rede ou material equivalente;• Piso emborrachado ou placas de EVA para absorção de impacto;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes ou pontiagudas;• Materiais atóxicos e laváveis;• Certificação conforme normas de segurança vigentes; • Indicação de faixa etária recomendada (0 a 5 anos ou conforme especificação do fabricante).• comprimento: mínimo de 3,00 metros• Largura: mínimo de 2,00 metros• Altura total: máximo de 2,20 metros• Altura da plataforma: máximo de 1,20 metros <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 escorregador infantil com altura compatível com a plataforma;• 01 piscina de bolinhas com, no mínimo, 1.000 bolinhas coloridas atóxicas;• 01 túnel lúdico em material acolchoado;• 01 rampa ou módulo de escalada com pegadores |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|----|----|--|
| | | | revestidos; <ul style="list-style-type: none">• Obstáculos internos em espuma;• Plataforma superior com fechamento total em rede de proteção. COM INSTALAÇÃO INCLUSA |
| 03 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – 01 TORRE COM ESCORREGADOR E BALANÇO (EM PLÁSTICO)</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com proteção UV, material atóxico, resistente às intempéries (sol e chuva), de fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 3,00 m• Largura total: mínimo de 2,50 m• Altura total: máximo de 2,50 m• Altura da plataforma (torre): máximo de 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 torre com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 01 plataforma com piso antiderrapante;• 01 escorregador infantil acoplado, com laterais elevadas de proteção;• 01 balanço com estrutura plástica reforçada ou metálica galvanizada, contendo assento tipo cadeirinha (para faixa etária de 2 a 5 anos) ou assento anatômico em plástico reforçado, com correntes galvanizadas e revestidas;• 01 escada com degraus largos, antiderrapantes e corrimão integrado. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com aditivo anti-UV;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes;• Fixação segura ao solo por meio de sistema de ancoragem ou concretagem;• Parafusos embutidos e protegidos;• Piso do entorno com material amortecedor (piso emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos;• Capacidade mínima de 3 a 5 crianças simultaneamente. COM INSTALAÇÃO INCLUSA |
| 04 | 15 | Un | <p>BALANÇO INFANTIL</p> <p>Balanço infantil destinado ao uso em unidades de Educação Infantil, adequado para crianças pequenas, proporcionando atividades recreativas seguras e estímulo</p> |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|----|----|--|
| | | | <p>ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e percepção corporal.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em material plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A estrutura deverá apresentar alta estabilidade e resistência às intempéries, podendo ser utilizada em ambientes internos e externos. O assento deverá possuir formato anatômico, com proteção lateral e frontal ou sistema de segurança adequado à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• estrutura segura e estável;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• capacidade adequada para crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> |
| 05 | 15 | Un | <p>GANGORRA INFANTIL</p> <p>Gangorra infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, projetada para atividades recreativas seguras, contribuindo para o desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora, força muscular e interação social entre as crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado, polietileno de alta resistência ou material equivalente, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A base deverá possuir estrutura estável e sistema de amortecimento ou apoio inferior que reduza impactos durante o movimento. Os assentos deverão ser anatômicos e equipados com alças ou pegadores ergonômicos que proporcionem firmeza e segurança.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• capacidade para duas ou mais crianças simultaneamente;• assentos anatômicos com pegadores de segurança;• base estável com sistema de redução de impacto;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol, umidade e intempéries; |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|------|----|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• fácil limpeza e manutenção;• adequado à faixa etária da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue montado ou com instruções claras de montagem, acompanhado de manual de uso e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> |
| 06 | 20 | Un | <p>MOTOCICA INFANTIL</p> <p>Motocicleta infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, desenvolvida para atividades recreativas seguras que estimulem a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a autonomia e a orientação espacial das crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura reforçada, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>Deverá possuir design ergonômico, assento anatômico e rodas largas que proporcionem estabilidade e deslizamento suave, evitando tombamentos e garantindo segurança à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• estrutura reforçada e estável;• rodas largas e resistentes para maior equilíbrio;• assento anatômico e confortável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• adequado para uso interno e externo;• capacidade compatível com crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> |
| 07 | 37 m | Un | <p>CERCADO INFANTIL EM PLÁSTICO</p> <p>Cercado modular destinado à organização e delimitação de espaços em ambiente escolar, especialmente para uso na Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura mínima dos painéis: 60 cm a 80 cm• Largura mínima de cada módulo: 60 cm• Espessura reforçada para maior estabilidade |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto com no mínimo 06 a 08 módulos interligáveis;• 01 módulo com portão de acesso com trava de segurança externa;• Sistema de encaixe firme entre os painéis;• Base estável com pés antiderrapantes. <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material resistente a impactos;• Cantos arredondados e sem arestas cortantes;• Superfície lisa e lavável;• Cores variadas e atrativas;• Possibilidade de montagem em formatos variados (circular, quadrado, retangular);• Indicação de faixa etária: 0 a 5 anos.• metragem 14,5x4 = TOTAL 37 metros <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> |
|--|--|--|

Não há, a princípio, contratações correlatas e/ou interdependentes.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.

O valor estimado será definido com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores, contratações públicas similares e painéis de preços oficiais, de R\$112.993,22 (cento e doze mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos)

| | Quant | Und | Descrição | Valor Mediano | Total |
|----|--------------|------------|--|----------------------|---------------|
| 01 | 1 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – MODELO PLAY COM 03 TORRES</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com aditivo anti-UV, atóxico, resistente às intempéries e de fácil higienização. Estruturas de sustentação reforçadas, podendo conter partes metálicas galvanizadas com pintura eletrostática a pó.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 4,50 m | R\$ 32.561,38 | R\$ 32.561,38 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|------------------|------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Largura total: mínimo de 3,50 m• Altura total: máximo de 3,00 m• Altura das plataformas: até 1,20 m Composição mínima: <ul style="list-style-type: none">• 03 torres com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 03 plataformas com piso antiderrapante;• 01 passarela fixa ou ponte interligando as torres, com laterais de proteção;• 01 escorregador reto;• 01 escorregador curvo ou ondulado;• 01 escada de acesso com degraus largos e corrimão;• 01 módulo de escalada ou rampa com apoios;• Painéis laterais de proteção com elementos lúdicos. Especificações de segurança: <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com proteção UV;• Cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Parafusos embutidos e protegidos;• Fixação ao solo por sistema de ancoragem ou concretagem;• Área de entorno com piso amortecedor (emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos ou 3 a 10 anos (conforme fabricante);• Capacidade mínima de 8 a 12 crianças simultaneamente.• COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 02 | 01 | Un | PLAYGROUND INTERNO – MULTIBRINQUEDO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL Equipamento recreativo de uso interno, destinado a crianças da Educação Infantil (creche e pré-escola), confeccionado em estrutura metálica galvanizada com pintura eletrostática, revestida com proteção | R\$ 35.018,63 | R\$ 35.018,63 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | |
|--|--|---|--|--|
| | | <p>acolchoada em espuma de alta densidade e acabamento em material vinílico atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Composto por módulos interligados contendo, no mínimo: escorregador infantil, piscina de bolinhas, túnel lúdico, obstáculos em espuma, rampa ou pequena escalada adaptada à faixa etária e plataforma com fechamento em rede de proteção.</p> <p>Deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura segura, estável e resistente;• Proteções laterais em rede ou material equivalente;• Piso emborrachado ou placas de EVA para absorção de impacto;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes ou pontiagudas;• Materiais atóxicos e laváveis;• Certificação conforme normas de segurança vigentes; • Indicação de faixa etária recomendada (0 a 5 anos ou conforme especificação do fabricante). <ul style="list-style-type: none">• comprimento: mínimo de 3,00 metros• Largura: mínimo de 2,00 metros• Altura total: máximo de 2,20 metros• Altura da plataforma: máximo de 1,20 metros <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 escorregador infantil com altura compatível com a plataforma;• 01 piscina de bolinhas com, no mínimo, 1.000 bolinhas coloridas atóxicas;• 01 túnel lúdico em material acolchoado;• 01 rampa ou módulo de escalada | | |
|--|--|---|--|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|------------------|------------------|
| | | | com pegadores revestidos; • Obstáculos internos em espuma; • Plataforma superior com fechamento total em rede de proteção. COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 03 | 01 | Un | PLAYGROUND EXTERNO – 01 TORRE COM ESCORREGADOR E BALANÇO (EM PLÁSTICO) Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com proteção UV, material atóxico, resistente às intempéries (sol e chuva), de fácil limpeza e manutenção. Dimensões mínimas sugeridas: • Comprimento total: mínimo de 3,00 m • Largura total: mínimo de 2,50 m • Altura total: máximo de 2,50 m • Altura da plataforma (torre): máximo de 1,20 m Composição mínima: • 01 torre com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado; • 01 plataforma com piso antiderrapante; • 01 escorregador infantil acoplado, com laterais elevadas de proteção; • 01 balanço com estrutura plástica reforçada ou metálica galvanizada, contendo assento tipo cadeirinha (para faixa etária de 2 a 5 anos) ou assento anatômico em plástico reforçado, com correntes galvanizadas e revestidas; • 01 escada com degraus largos, antiderrapantes e corrimão integrado. Especificações de segurança: • Estrutura resistente com aditivo anti-UV; • Cantos arredondados e ausência de partes cortantes; • Fixação segura ao solo por meio de sistema de ancoragem ou concretagem; | R\$ 17.750,56 | R\$ 17.750,56 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|-----------------|------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Parafusos embutidos e protegidos;• Piso do entorno com material amortecedor (piso emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos;• Capacidade mínima de 3 a 5 crianças simultaneamente. COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 04 | 15 | Un | BALANÇO INFANTIL Balanço infantil destinado ao uso em unidades de Educação Infantil, adequado para crianças pequenas, proporcionando atividades recreativas seguras e estímulo ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e percepção corporal. O equipamento deverá ser fabricado em material plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso. A estrutura deverá apresentar alta estabilidade e resistência às intempéries, podendo ser utilizada em ambientes internos e externos. O assento deverá possuir formato anatômico, com proteção lateral e frontal ou sistema de segurança adequado à faixa etária atendida. Características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• estrutura segura e estável;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• capacidade adequada para crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, | R\$ 1.220,47 | R\$ 18.307,05 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------|-------------|
| | | | acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA | | |
| 05 | 15 | Un | <p>GANGORRA INFANTIL</p> <p>Gangorra infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, projetada para atividades recreativas seguras, contribuindo para o desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora, força muscular e interação social entre as crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado, polietileno de alta resistência ou material equivalente, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A base deverá possuir estrutura estável e sistema de amortecimento ou apoio inferior que reduza impactos durante o movimento. Os assentos deverão ser anatômicos e equipados com alças ou pegadores ergonômicos que proporcionem firmeza e segurança.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• capacidade para duas ou mais crianças simultaneamente;• assentos anatômicos com pegadores de segurança;• base estável com sistema de redução de impacto;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol, umidade e intempéries;• fácil limpeza e manutenção;• adequado à faixa etária da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue montado ou com instruções claras de montagem, acompanhado de manual de uso e orientações de segurança.</p> COM MONTAGEM INCLUSA | R\$ 276,91 | R\$4.153,65 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|------|----|--|---------------|-----------------|
| 06 | 20 | Un | <p>MOTUCA INFANTIL</p> <p>Motoca infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, desenvolvida para atividades recreativas seguras que estimulem a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a autonomia e a orientação espacial das crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura reforçada, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>Deverá possuir design ergonômico, assento anatômico e rodas largas que proporcionem estabilidade e deslizamento suave, evitando tombamentos e garantindo segurança à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• estrutura reforçada e estável;• rodas largas e resistentes para maior equilíbrio;• assento anatômico e confortável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• adequado para uso interno e externo;• capacidade compatível com crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | R\$ 214,89 | R\$ 4.297,80 |
| 07 | 37 m | Un | <p>CERCADO INFANTIL EM PLÁSTICO</p> <p>Cercado modular destinado à organização e delimitação de espaços em ambiente escolar, especialmente para uso na Educação Infantil,</p> | R\$ 904,15 | R\$ 904,15 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | |
|--|--|---|--|---------------------|
| | | <p>confeccionado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura mínima dos painéis: 60 cm a 80 cm• Largura mínima de cada módulo: 60 cm• Espessura reforçada para maior estabilidade <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto com no mínimo 06 a 08 módulos interligáveis;• 01 módulo com portão de acesso com trava de segurança externa;• Sistema de encaixe firme entre os painéis;• Base estável com pés antiderrapantes. <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material resistente a impactos;• Cantos arredondados e sem arestas cortantes;• Superfície lisa e lavável;• Cores variadas e atrativas;• Possibilidade de montagem em formatos variados (circular, quadrado, retangular);• Indicação de faixa etária: 0 a 5 anos. <p>• metragem 14,5x4 = TOTAL 37 metros COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| | | | | Total R\$112.993,22 |

2. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

O objeto da contratação será composto por 7 itens, de preço total no valor R\$112.993,22 (cento e doze mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos). Para fins de classificação, serão considerados os menores valores.

O objeto foi dividido em itens independentes visando ampliar a competitividade, possibilitar a participação de micro e pequenas empresas, obter melhores preços e facilitar a logística de entrega e distribuição. O parcelamento não compromete a funcionalidade da contratação, sendo técnica e economicamente vantajoso.

3. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000

<http://www.caibi.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

Não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes por parte da administração.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

Não há Plano Anual de Contratações formalizado pelo setor de Planejamento desta municipalidade. O mesmo encontra-se em fase de elaboração, devendo ser implementado no próximo exercício financeiro.

5. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A contratação para aquisição de playgrounds interno e externos, cercados infantis em PVC, motocas, balanços e gangorras infantis visa alcançar resultados concretos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis na rede municipal de ensino.

Economicidade e eficiência dos recursos financeiros

- redução de custos com manutenção corretiva, em razão da durabilidade e resistência dos materiais;
- maior vida útil dos equipamentos, evitando substituições frequentes;
- diminuição de gastos com reposição de materiais improvisados e inadequados;
- melhor relação custo-benefício ao longo do tempo;
- prevenção de despesas decorrentes de acidentes causados por estruturas inadequadas.

Melhor aproveitamento dos recursos humanos

- otimização do tempo dos profissionais da educação, com espaços organizados e seguros;
- redução da necessidade de intervenções constantes para prevenção de acidentes;
- melhoria das condições de trabalho dos educadores e auxiliares;
- possibilidade de desenvolvimento de atividades pedagógicas estruturadas e seguras.

Melhor aproveitamento dos recursos materiais

- organização dos espaços escolares por meio dos cercados infantil;
- preservação das áreas físicas das unidades escolares;
- equipamentos de fácil higienização, contribuindo para conservação e durabilidade;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

- possibilidade de reorganização dos espaços devido à leveza e modularidade dos equipamentos.

Resultados educacionais e sociais esperados

- promoção do desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional das crianças;
- ampliação das oportunidades de aprendizagem por meio do brincar;
- fortalecimento de ambientes escolares seguros e acolhedores;
- aumento da permanência e bem-estar dos estudantes na escola;
- alinhamento às diretrizes pedagógicas da Educação Infantil previstas na Base Nacional Comum Curricular.
- Melhoria da qualidade dos espaços educacionais;
- Segurança nas atividades recreativas;
- Estimulo ao desenvolvimento infantil;
- Redução de riscos de acidentes;

Dessa forma, a solução proposta contribui para a aplicação eficiente dos recursos públicos, melhoria da infraestrutura escolar e qualificação do atendimento às crianças da Educação Infantil, atendendo ao interesse público com responsabilidade, segurança e qualidade.

6. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Entende-se, a princípio, não haver providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, visto se tratar de recebimento de objetos sem alta complexidade técnica. Ademais, estará previsto no Termo de Referência, no edital e no contrato administrativo o servidor designado, de acordo com sua área técnica e/ou funcional, que será responsável pela fiscalização e acompanhamento do objeto do contrato, o qual atestará o efetivo fornecimento dos itens, poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos serviços/objetos, bem como desempenhar outras ações inerentes a correta, efetiva e eficiente execução do contrato.

7. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

A aquisição de playgrounds, cercados infantis em PVC, motocicletas, balanços e gangorras infantis, embora apresente baixo impacto ambiental direto, envolve o uso de materiais plásticos e processos industriais que demandam atenção quanto à sustentabilidade, durabilidade e destinação final adequada.

Possíveis impactos ambientais

- utilização de matérias-primas plásticas derivadas de recursos não renováveis;
- geração de resíduos ao final da vida útil dos equipamentos;
- emissão de poluentes decorrentes dos processos de fabricação e transporte;
- descarte inadequado podendo causar impacto ao meio ambiente.

Medidas mitigadoras

Para reduzir os impactos ambientais, deverão ser observadas as seguintes medidas:

a) Sustentabilidade dos materiais

- preferência por materiais recicláveis e atóxicos;
- utilização de plástico rotomoldado/PVC de alta durabilidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- exigência de conformidade com normas ambientais e sanitárias.

b) Durabilidade e redução de resíduos

- seleção de equipamentos resistentes às intempéries e de longa vida útil;
- possibilidade de substituição de peças, evitando descarte integral do equipamento;
- superfícies resistentes que não necessitem pintura ou tratamentos químicos periódicos.

c) Baixo consumo de energia e recursos

- equipamentos que não demandem consumo de energia elétrica para funcionamento;
- limpeza realizada apenas com água e sabão neutro, evitando uso de produtos químicos agressivos;
- baixa necessidade de manutenção especializada e insumos.

d) Logística reversa e destinação final

- o fornecedor deverá orientar quanto à destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil;
- priorização de equipamentos passíveis de reciclagem;
- incentivo à devolução de peças plásticas para reaproveitamento ou reciclagem por empresas especializadas;
- descarte em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Sustentabilidade e responsabilidade ambiental



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

A solução proposta contribui para a redução de impactos ambientais ao priorizar equipamentos duráveis, recicláveis e de baixa necessidade de manutenção, promovendo o consumo responsável e a correta destinação de resíduos, em conformidade com os princípios da sustentabilidade e da administração pública responsável

8. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este estudo posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis.

Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta-se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido com ajuda de inteligência artificial, tendo em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do senhor prefeito municipal.

Caibi/SC, 26 de março de 2026.

Marinalda Bampi
Coordenadora Pedagógica de Educação
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

- () De acordo. Dê-se prosseguimento ao processo. _____
- () Em desacordo. Remeta-se ao setor competente, para os ajustes apontados (anexos) ou, caso se mostre inviável, que não se proceda à contratação.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal



TERMO DE REFERÊNCIA

([Lei Federal nº 14.133/2021](#), art. 6º, XXIII c/c [art. 40, §§ 1º e 4º](#))

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO.

O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS INFANTIS, CERCADOS INFANTIS EM PVC, MOTOCAS, BALANÇOS E GANGORRAS INFANTIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E NOVA UNIDADE DE CRECHE MUNICIPAL, VISANDO PROPORCIONAR AMBIENTES SEGUROS, ORGANIZADOS E ADEQUADOS AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS.

1.1 Natureza do objeto

Trata-se de aquisição de bens permanentes, classificados como bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação vigente.

1.2 Quantitativos

Os quantitativos estimados encontram-se especificados neste Termo e poderão sofrer variações justificadas conforme necessidade das unidades.

1.3 Prazo de entrega

O fornecimento dos equipamentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da ordem de fornecimento ou nota de empenho, incluindo montagem e instalação quando aplicável.

1.4 Prazo de vigência contratual

A vigência contratual será de até 12 (doze) meses, exclusivamente para fins de garantia, substituição e responsabilidade da contratada.

1.5 Possibilidade de prorrogação

Por se tratar de aquisição de bens com entrega imediata, não se prevê prorrogação contratual, exceto nas hipóteses previstas na legislação aplicável e mediante justificativa devidamente fundamentada pela Administração.

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA.

Destaca-se que inexistente catálogo eletrônico de licitações próprio, motivo pelo qual se especifica os produtos conforme a seguir:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| Item | Quant. | Und | Descrição |
|------|--------|-----|--|
| 01 | 1 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – MODELO PLAY COM 03 TORRES</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com aditivo anti-UV, atóxico, resistente às intempéries e de fácil higienização. Estruturas de sustentação reforçadas, podendo conter partes metálicas galvanizadas com pintura eletrostática a pó.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 4,50 m• Largura total: mínimo de 3,50 m• Altura total: máximo de 3,00 m• Altura das plataformas: até 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 03 torres com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 03 plataformas com piso antiderrapante;• 01 passarela fixa ou ponte interligando as torres, com laterais de proteção;• 01 escorregador reto;• 01 escorregador curvo ou ondulado;• 01 escada de acesso com degraus largos e corrimão;• 01 módulo de escalada ou rampa com apoios;• Painéis laterais de proteção com elementos lúdicos. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com proteção UV;• Cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Parafusos embutidos e protegidos;• Fixação ao solo por sistema de ancoragem ou concretagem;• Área de entorno com piso amortecedor (emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos ou 3 a 10 anos (conforme fabricante);• Capacidade mínima de 8 a 12 crianças simultaneamente. <p>• COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> |
| 02 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND INTERNO – MULTIBRINQUEDO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL</p> <p>Equipamento recreativo de uso interno, destinado a crianças da Educação Infantil (creche e pré-escola), confeccionado em estrutura metálica galvanizada com pintura eletrostática, revestida com proteção acolchoada em espuma de alta densidade e acabamento em material vinílico atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Composto por módulos interligados contendo, no mínimo:</p> |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|----|----|--|
| | | | <p>escorregador infantil, piscina de bolinhas, túnel lúdico, obstáculos em espuma, rampa ou pequena escalada adaptada à faixa etária e plataforma com fechamento em rede de proteção.</p> <p>Deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura segura, estável e resistente;• Proteções laterais em rede ou material equivalente;• Piso emborrachado ou placas de EVA para absorção de impacto;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes ou pontiagudas;• Materiais atóxicos e laváveis;• Certificação conforme normas de segurança vigentes; • Indicação de faixa etária recomendada (0 a 5 anos ou conforme especificação do fabricante).• comprimento: mínimo de 3,00 metros• Largura: mínimo de 2,00 metros• Altura total: máximo de 2,20 metros• Altura da plataforma: máximo de 1,20 metros <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 escorregador infantil com altura compatível com a plataforma;• 01 piscina de bolinhas com, no mínimo, 1.000 bolinhas coloridas atóxicas;• 01 túnel lúdico em material acolchoado;• 01 rampa ou módulo de escalada com pegadores revestidos;• Obstáculos internos em espuma;• Plataforma superior com fechamento total em rede de proteção. <p>COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> |
| 03 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – 01 TORRE COM ESCORREGADOR E BALANÇO (EM PLÁSTICO)</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com proteção UV, material atóxico, resistente às intempéries (sol e chuva), de fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 3,00 m• Largura total: mínimo de 2,50 m• Altura total: máximo de 2,50 m• Altura da plataforma (torre): máximo de 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 torre com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 01 plataforma com piso antiderrapante;• 01 escorregador infantil acoplado, com laterais elevadas de proteção; |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|----|----|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• 01 balanço com estrutura plástica reforçada ou metálica galvanizada, contendo assento tipo cadeirinha (para faixa etária de 2 a 5 anos) ou assento anatômico em plástico reforçado, com correntes galvanizadas e revestidas;• 01 escada com degraus largos, antiderrapantes e corrimão integrado. Especificações de segurança:<ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com aditivo anti-UV;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes;• Fixação segura ao solo por meio de sistema de ancoragem ou concretagem;• Parafusos embutidos e protegidos;• Piso do entorno com material amortecedor (piso emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos;• Capacidade mínima de 3 a 5 crianças simultaneamente. <p>COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> |
| 04 | 15 | Un | <p>BALANÇO INFANTIL</p> <p>Balanço infantil destinado ao uso em unidades de Educação Infantil, adequado para crianças pequenas, proporcionando atividades recreativas seguras e estímulo ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e percepção corporal.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em material plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A estrutura deverá apresentar alta estabilidade e resistência às intempéries, podendo ser utilizada em ambientes internos e externos. O assento deverá possuir formato anatômico, com proteção lateral e frontal ou sistema de segurança adequado à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• estrutura segura e estável;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• capacidade adequada para crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> |
| 05 | 15 | Un | <p>GANGORRA INFANTIL</p> <p>Gangorra infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, projetada para atividades recreativas seguras, contribuindo para o</p> |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | |
|----|----|----|--|
| | | | <p>desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora, força muscular e interação social entre as crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado, polietileno de alta resistência ou material equivalente, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A base deverá possuir estrutura estável e sistema de amortecimento ou apoio inferior que reduza impactos durante o movimento. Os assentos deverão ser anatômicos e equipados com alças ou pegadores ergonômicos que proporcionem firmeza e segurança.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• capacidade para duas ou mais crianças simultaneamente;• assentos anatômicos com pegadores de segurança;• base estável com sistema de redução de impacto;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol, umidade e intempéries;• fácil limpeza e manutenção;• adequado à faixa etária da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue montado ou com instruções claras de montagem, acompanhado de manual de uso e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> |
| 06 | 20 | Un | <p>MOTOCA INFANTIL</p> <p>Motoca infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, desenvolvida para atividades recreativas seguras que estimulem a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a autonomia e a orientação espacial das crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura reforçada, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>Deverá possuir design ergonômico, assento anatômico e rodas largas que proporcionem estabilidade e deslizamento suave, evitando tombamentos e garantindo segurança à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• estrutura reforçada e estável;• rodas largas e resistentes para maior equilíbrio;• assento anatômico e confortável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• adequado para uso interno e externo; |



| | | | |
|----|------|----|--|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• capacidade compatível com crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA |
| 07 | 37 m | Un | <p>CERCADO INFANTIL EM PLÁSTICO</p> <p>Cercado modular destinado à organização e delimitação de espaços em ambiente escolar, especialmente para uso na Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura mínima dos painéis: 60 cm a 80 cm• Largura mínima de cada módulo: 60 cm• Espessura reforçada para maior estabilidade <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto com no mínimo 06 a 08 módulos interligáveis;• 01 módulo com portão de acesso com trava de segurança externa;• Sistema de encaixe firme entre os painéis;• Base estável com pés antiderrapantes. <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material resistente a impactos;• Cantos arredondados e sem arestas cortantes;• Superfície lisa e lavável;• Cores variadas e atrativas;• Possibilidade de montagem em formatos variados (circular, quadrado, retangular);• Indicação de faixa etária: 0 a 5 anos.• metragem 14,5x4 = TOTAL 37 metros COM MONTAGEM INCLUSA |

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSA.

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual foi identificada a necessidade de aquisição de playgrounds infantis, cercados infantis em PVC, motocas, balanços e gangorra infantis para as unidades de Educação Infantil da rede municipal e Unidade de creche nova. O referido estudo evidenciou a insuficiência de equipamentos recreativos adequados e a necessidade de organização de espaços seguros para a



realização de atividades lúdicas, essenciais ao desenvolvimento integral das crianças. Constatou-se que a inexistência ou inadequação desses equipamentos compromete o desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional dos alunos, além de elevar os riscos de acidentes. O ETP analisou as alternativas disponíveis no mercado, considerando critérios de segurança, durabilidade, adequação pedagógica e custo-benefício, concluindo que a aquisição de equipamentos em plástico rotomoldado/PVC representa a solução mais vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

A contratação está alinhada às diretrizes pedagógicas da Educação Infantil, que reconhecem o brincar como direito de aprendizagem, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular, e atende ao dever do poder público de assegurar ambientes escolares seguros e adequados ao desenvolvimento infantil. Destaca-se que a solução proposta contribui para a melhoria da infraestrutura escolar, a segurança das crianças e a qualificação do atendimento educacional, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e qualidade na aplicação dos recursos públicos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

A solução consiste na aquisição de playgrounds modulares, cercados infantis, motocas, balanços e gangorras infantis, destinados às unidades de Educação Infantil da rede municipal, visando oferecer ambientes lúdicos seguros, organizados e adequados ao desenvolvimento integral das crianças.

Os equipamentos deverão ser fabricados em plástico rotomoldado ou PVC de alta resistência, com material atóxico, superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura segura, adequados às faixas etárias atendidas, atendendo às normas de segurança aplicáveis.

A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, conforme descrito a seguir:

4.1 Aquisição e fornecimento

- fornecimento dos equipamentos conforme especificações técnicas;
- transporte adequado até as unidades escolares;
- entrega em perfeitas condições de uso;
- montagem e instalação quando aplicável.

4.2 Utilização

- uso em atividades pedagógicas e recreativas orientadas;
- promoção do desenvolvimento motor, cognitivo e social;
- organização segura dos espaços por meio dos cercadinhos.



4.3 Manutenção e conservação

- limpeza simples com água e sabão neutro;
- inspeções periódicas para verificação de estabilidade, fixações e desgaste;
- possibilidade de substituição de peças, quando aplicável;
- baixa necessidade de manutenção especializada.

4.4 Durabilidade e vida útil

- resistência às intempéries e à exposição solar;
- materiais que não enferrujam, não soltam farpas e não necessitam pintura;
- longa vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

4.5 Garantia e assistência técnica

- garantia contra defeitos de fabricação;
- substituição de peças defeituosas durante o período de garantia;
- disponibilidade de peças de reposição no mercado nacional;
- suporte técnico para orientações de montagem e conservação.

4.6 Desfazimento e destinação final

- equipamentos com materiais recicláveis;
- possibilidade de reaproveitamento de componentes;
- destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

A solução proposta assegura eficiência, segurança, durabilidade e sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida dos equipamentos, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e a melhoria dos espaços destinados à educação infantil.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O proponente deverá apresentar os seguintes documentos:

- HABILITAÇÃO JURÍDICA (visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada – art. 66 da Lei nº 14.133/2021), devendo ser apresentado:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

Obs.: Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados



de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- c) Quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66, *caput*).
- : **FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** (art. 68 da Lei nº 14.133/2021):
- a) Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011
- f) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (art. 68, II);
- ECONÔMICO-FINANCEIRA** (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):
- a) Certidão negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (Comarcas e Turmas Recursais - Primeiro Grau), disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>.
- : **COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE:**
- Encerrada a etapa de lances, o **Agente de Contratação e equipe de apoio verificarão eventual descumprimento das condições de participação**, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação dos licitantes no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- a - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**
- a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da entidade participante. Disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.
- b - Consulta de Pessoa Física**
- a) Certidão negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (**todas as esferas**) do sócio majoritário/administrador, da empresa participante. Disponível em:



https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.

Obs.: Em caso de Sócios com a mesma quantidade de cotas, será consultada a certidão do sócio que responder administrativamente pela empresa.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE.

A gestão do contrato caberá ao senhor Eder Picoli, prefeito municipal.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas senhoras Ducelia Terezinha Cé Naibo, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.

A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.

Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva entrega do item para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até dia 10 serão pagas até o dia 20.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

O fornecedor será escolhido mediante processo licitatório, na modalidade de Dispensa, conforme previsão do art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo este na forma Eletrônica.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS



MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

Valor total estimado do objeto: R\$ 112.993,22 (cento e doze mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e dois centavos).

| | Quant | Und | Descrição | Valor Mediano | Total |
|----|-------|-----|--|---------------|---------------|
| 01 | 1 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – MODELO PLAY COM 03 TORRES</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com aditivo anti-UV, atóxico, resistente às intempéries e de fácil higienização. Estruturas de sustentação reforçadas, podendo conter partes metálicas galvanizadas com pintura eletrostática a pó.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 4,50 m• Largura total: mínimo de 3,50 m• Altura total: máximo de 3,00 m• Altura das plataformas: até 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 03 torres com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 03 plataformas com piso antiderrapante;• 01 passarela fixa ou ponte interligando as torres, com laterais de proteção;• 01 escorregador reto;• 01 escorregador curvo ou ondulado;• 01 escada de acesso com degraus largos e corrimão;• 01 módulo de escalada ou rampa com apoios;• Painéis laterais de proteção com elementos lúdicos. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com proteção UV;• Cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Parafusos embutidos e protegidos;• Fixação ao solo por sistema de ancoragem ou | R\$ 32.561,38 | R\$ 32.561,38 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------------|------------------|
| | | | <p>concretagem;</p> <ul style="list-style-type: none">• Área de entorno com piso amortecedor (emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos ou 3 a 10 anos (conforme fabricante);• Capacidade mínima de 8 a 12 crianças simultaneamente.• COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 02 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND INTERNO – MULTIBRINQUEDO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL</p> <p>Equipamento recreativo de uso interno, destinado a crianças da Educação Infantil (creche e pré-escola), confeccionado em estrutura metálica galvanizada com pintura eletrostática, revestida com proteção acolchoada em espuma de alta densidade e acabamento em material vinílico atóxico, resistente e de fácil higienização. Composto por módulos interligados contendo, no mínimo: escorregador infantil, piscina de bolinhas, túnel lúdico, obstáculos em espuma, rampa ou pequena escalada adaptada à faixa etária e plataforma com fechamento em rede de proteção. Deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura segura, estável e resistente;• Proteções laterais em rede ou material equivalente;• Piso emborrachado ou placas de EVA para absorção de impacto;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes ou pontiagudas;• Materiais atóxicos e laváveis;• Certificação conforme normas de segurança vigentes; • Indicação de faixa etária recomendada (0 a 5 anos ou conforme especificação do fabricante). | R\$ 35.018,63 | R\$ 35.018,63 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|------------------|------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• comprimento: mínimo de 3,00 metros• Largura: mínimo de 2,00 metros• Altura total: máximo de 2,20 metros• Altura da plataforma: máximo de 1,20 metros Composição mínima: <ul style="list-style-type: none">• 01 escorregador infantil com altura compatível com a plataforma;• 01 piscina de bolinhas com, no mínimo, 1.000 bolinhas coloridas atóxicas;• 01 túnel lúdico em material acolchoado;• 01 rampa ou módulo de escalada com pegadores revestidos;• Obstáculos internos em espuma;• Plataforma superior com fechamento total em rede de proteção. COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 03 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – 01 TORRE COM ESCORREGADOR E BALANÇO (EM PLÁSTICO)</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com proteção UV, material atóxico, resistente às intempéries (sol e chuva), de fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 3,00 m• Largura total: mínimo de 2,50 m• Altura total: máximo de 2,50 m• Altura da plataforma (torre): máximo de 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 torre com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 01 plataforma com piso antiderrapante;• 01 escorregador infantil acoplado, com laterais elevadas de proteção;• 01 balanço com estrutura plástica reforçada ou metálica galvanizada, contendo assento tipo cadeirinha (para faixa etária de 2 a 5 anos) ou assento anatômico em plástico reforçado, com | R\$ 17.750,56 | R\$ 17.750,56 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|-----------------|------------------|
| | | | <p>correntes galvanizadas e revestidas;</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 escada com degraus largos, antiderrapantes e corrimão integrado. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com aditivo anti-UV;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes;• Fixação segura ao solo por meio de sistema de ancoragem ou concretagem;• Parafusos embutidos e protegidos;• Piso do entorno com material amortecedor (piso emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos;• Capacidade mínima de 3 a 5 crianças simultaneamente. <p>COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> | | |
| 04 | 15 | Un | <p>BALANÇO INFANTIL</p> <p>Balanço infantil destinado ao uso em unidades de Educação Infantil, adequado para crianças pequenas, proporcionando atividades recreativas seguras e estímulo ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e percepção corporal.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em material plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A estrutura deverá apresentar alta estabilidade e resistência às intempéries, podendo ser utilizada em ambientes internos e externos. O assento deverá possuir formato anatômico, com proteção lateral e frontal ou sistema de segurança adequado à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• estrutura segura e estável;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção; | R\$ 1.220,47 | R\$ 18.307,05 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------|--------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• capacidade adequada para crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| 05 | 15 | Un | <p>GANGORRA INFANTIL</p> <p>Gangorra infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, projetada para atividades recreativas seguras, contribuindo para o desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora, força muscular e interação social entre as crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado, polietileno de alta resistência ou material equivalente, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A base deverá possuir estrutura estável e sistema de amortecimento ou apoio inferior que reduza impactos durante o movimento. Os assentos deverão ser anatômicos e equipados com alças ou pegadores ergonômicos que proporcionem firmeza e segurança.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• capacidade para duas ou mais crianças simultaneamente;• assentos anatômicos com pegadores de segurança;• base estável com sistema de redução de impacto;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol, umidade e intempéries;• fácil limpeza e manutenção;• adequado à faixa etária da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue montado ou com instruções claras de montagem,</p> | R\$ 276,91 | R\$ 4.153,65 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|------|----|---|---------------|-----------------|
| | | | acompanhado de manual de uso e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA | | |
| 06 | 20 | Un | MOTOCICA INFANTIL Motocica infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, desenvolvida para atividades recreativas seguras que estimulem a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a autonomia e a orientação espacial das crianças. O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura reforçada, garantindo segurança durante o uso. Deverá possuir design ergonômico, assento anatômico e rodas largas que proporcionem estabilidade e deslizamento suave, evitando tombamentos e garantindo segurança à faixa etária atendida. Características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• estrutura reforçada e estável;• rodas largas e resistentes para maior equilíbrio;• assento anatômico e confortável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• adequado para uso interno e externo;• capacidade compatível com crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA | R\$ 214,89 | R\$ 4.297,80 |
| 07 | 37 m | Un | CERCADO INFANTIL EM PLÁSTICO Cercado modular destinado à organização e delimitação de espaços em ambiente escolar, especialmente para uso na Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, | R\$ 904,15 | R\$ 904,15 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | |
|--|--|--|--|--------------------------------|
| | | <p>resistente e de fácil higienização. Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura mínima dos painéis: 60 cm a 80 cm• Largura mínima de cada módulo: 60 cm• Espessura reforçada para maior estabilidade <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto com no mínimo 06 a 08 módulos interligáveis;• 01 módulo com portão de acesso com trava de segurança externa;• Sistema de encaixe firme entre os painéis;• Base estável com pés antiderrapantes. <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material resistente a impactos;• Cantos arredondados e sem arestas cortantes;• Superfície lisa e lavável;• Cores variadas e atrativas;• Possibilidade de montagem em formatos variados (circular, quadrado, retangular);• Indicação de faixa etária: 0 a 5 anos.• metragem 14,5x4 = TOTAL 37 metros <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| | | | | <p>Total R\$112.993,22</p> |

Para a elaboração do valor de referência, foram utilizados preços obtidos por meio de orçamentos junto a empresas prestadoras de serviço no ramo, além de consultas a contratações similares em órgãos públicos. A pesquisa de preços abrangeu dados extraídos do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**³, do sistema de consultas do **Tribunal de Contas do**

³ Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/76205814000124/2026/61>
<https://pncp.gov.br/app/editais/80869621000145/2025/107>
<https://pncp.gov.br/app/editais/90256660000120/2026/3>
<https://pncp.gov.br/app/editais/87849923000109/2025/850>
<https://pncp.gov.br/app/editais/00465786000112/2026/3>
<https://pncp.gov.br/app/editais/92411933000190/2026/19> acesso em: 25/03/2026



Estado (TCE)⁴ e do Portal de Compras Públicas (PCP)⁵. Após o cotejo dos valores mencionados, o setor adotou a **média simples** desses parâmetros como valor máximo para a contratação no exercício de 2026, sendo o valor estimado acima calculado para o total das contratações desejadas.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes deste processo de dispensa correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

| espesa | Fonte | Projeto/ Atividade | Nome do Projeto/Atividade | Elemento | Descrição do Elemento |
|--------|----------------------|-----------------------|---|----------|---------------------------------------|
| 71 | 1550 7000 0000 | 123650011.2. 026 | Manutenção da Educação Infantil - Creche | 33903099 | Outros Materiais de Consumo |
| 73 | 1500 1001 0000 | 123650011.2. 026 | Manutenção da Educação Infantil - | 44905299 | Outros Equipamentos e Materiais |

⁴ Disponível em:

<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PainelDePrecos/index.html>

<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PainelDePrecos/index.html>

<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PainelDePrecos/index.html>

<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PainelDePrecos/index.html>

<https://paineistransparencia.tce.sc.gov.br/extensions/PainelDePrecos/index.html> acesso em 25/03/2026

⁵

Disponível

em:

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/sc/prefeitura-municipal-de-sao-joao-do-oeste-1528/pe-28-2026-2026-461913>

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/sc/prefeitura-municipal-de-presidente-castello-branco-890/pe-99-2025-2025-437763>

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/rs/prefeitura-municipal-de-nao-me-toque-2951/pe-3-2026-2026-462283> acesso em: 25/03/2026



| | | | | | |
|--|--|--|--------|--|-------------|
| | | | Creche | | Permanentes |
|--|--|--|--------|--|-------------|

Os recursos serão próprios do município de Caibi – SC.

12. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO.

A entrega do produto deverá ser realizada pelo fornecedor de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e/ou das 13:30 às 17:30 Hr, nos seguintes endereços: Creche CEI ABC Rua Helena Bigaton, creche CEI II Rua Salgado Filho

Prazo de entrega do produto: 45 dias após a Autorização de Fornecimento.

O objeto será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

13. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

Será exigida garantia dos produtos contratados, de no mínimo, 90 dias, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicáveis às contratações públicas.

13. CONCLUSÃO

Conclusivamente, tendo em vista o anteriormente exposto, o responsável por este termo de referência posiciona-se **FAVORÁVEL** à pretendida contratação, desde que haja recursos financeiros disponíveis. **Observe-se, por fim, que o presente documento, sob total e irrestrita responsabilidade do signatário abaixo, o qual responde juridicamente e tecnicamente pelas informações prestadas, inclusive nas áreas cível, administrativa e penal, independente da ajuda de terceiros na elaboração do mesmo, principalmente nos aspectos técnicos, apresenta-se como instrumento anterior à fase licitatória e/ou de dispensa/inexigibilidade, ressaltando-se que o mesmo foi desenvolvido com ajuda de inteligência artificial, tendo**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

em vista a escassez de recursos humanos no âmbito do poder executivo, especialmente, com conhecimento técnico necessário para a elaboração do presente documento.

Encaminha-se este documento para aprovação do senhor prefeito municipal.

Caibi – SC, 26 de março de 2026.

Marinalda Bampi

Coordenadora Pedagógica de Educação

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

() Aprova-se o presente Termo de Referência.
Encaminhe-se para as providências cabíveis, a fim de dar continuidade à contratação.

() Não aprovado. Encaminhe-se para as correções necessárias, conforme apontamentos anexos.

Data: _____/____/_____

EDER PICOLI

Prefeito Municipal



ANEXO III

ORÇAMENTO MÁXIMO

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS INFANTIS, CERCADOS INFANTIS EM PVC, MOTOCAS, BALANÇOS E GANGORRAS INFANTIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E NOVA UNIDADE DE CRECHE MUNICIPAL, VISANDO PROPORCIONAR AMBIENTES SEGUROS, ORGANIZADOS E ADEQUADOS AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS.

| Item | Quant | Und | Descrição | Valor Mediano | Total |
|------|-------|-----|---|---------------|---------------|
| 01 | 1 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – MODELO PLAY COM 03 TORRES</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com aditivo anti-UV, atóxico, resistente às intempéries e de fácil higienização. Estruturas de sustentação reforçadas, podendo conter partes metálicas galvanizadas com pintura eletrostática a pó.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 4,50 m• Largura total: mínimo de 3,50 m• Altura total: máximo de 3,00 m• Altura das plataformas: até 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 03 torres com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 03 plataformas com piso antiderrapante;• 01 passarela fixa ou ponte interligando as torres, com laterais de proteção;• 01 escorregador reto;• 01 escorregador curvo ou ondulado; | R\$ 32.561,38 | R\$ 32.561,38 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|--|------------------|------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• 01 escada de acesso com degraus largos e corrimão;• 01 módulo de escalada ou rampa com apoios;• Painéis laterais de proteção com elementos lúdicos. Especificações de segurança: <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com proteção UV;• Cantos arredondados e ausência de arestas cortantes;• Parafusos embutidos e protegidos;• Fixação ao solo por sistema de ancoragem ou concretagem;• Área de entorno com piso amortecedor (emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos ou 3 a 10 anos (conforme fabricante);• Capacidade mínima de 8 a 12 crianças simultaneamente.• COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 02 | 01 | Un | PLAYGROUND INTERNO – MULTIBRINQUEDO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL Equipamento recreativo de uso interno, destinado a crianças da Educação Infantil (creche e pré-escola), confeccionado em estrutura metálica galvanizada com pintura eletrostática, revestida com proteção acolchoada em espuma de alta densidade e acabamento em material vinílico atóxico, resistente e de fácil higienização. Composto por módulos interligados contendo, no mínimo: escorregador infantil, piscina de bolinhas, túnel lúdico, obstáculos em espuma, rampa ou pequena escalada adaptada à faixa etária e plataforma com | R\$ 35.018,63 | R\$ 35.018,63 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|--|--|--|---|--|--|
| | | | <p>fechamento em rede de proteção. Deverá possuir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura segura, estável e resistente;• Proteções laterais em rede ou material equivalente;• Piso emborrachado ou placas de EVA para absorção de impacto;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes ou pontiagudas;• Materiais atóxicos e laváveis;• Certificação conforme normas de segurança vigentes; • <p>Indicação de faixa etária recomendada (0 a 5 anos ou conforme especificação do fabricante).</p> <ul style="list-style-type: none">• comprimento: mínimo de 3,00 metros• Largura: mínimo de 2,00 metros• Altura total: máximo de 2,20 metros• Altura da plataforma: máximo de 1,20 metros <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 escorregador infantil com altura compatível com a plataforma;• 01 piscina de bolinhas com, no mínimo, 1.000 bolinhas coloridas atóxicas;• 01 túnel lúdico em material acolchoado;• 01 rampa ou módulo de escalada com pegadores revestidos;• Obstáculos internos em espuma;• Plataforma superior com fechamento total em rede de proteção. <p>COM INSTALAÇÃO INCLUSA</p> | | |
|--|--|--|---|--|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------------|------------------|
| 03 | 01 | Un | <p>PLAYGROUND EXTERNO – 01 TORRE COM ESCORREGADOR E BALANÇO (EM PLÁSTICO)</p> <p>Equipamento recreativo para instalação em área externa, destinado à Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado de alta resistência, com proteção UV, material atóxico, resistente às intempéries (sol e chuva), de fácil limpeza e manutenção.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Comprimento total: mínimo de 3,00 m• Largura total: mínimo de 2,50 m• Altura total: máximo de 2,50 m• Altura da plataforma (torre): máximo de 1,20 m <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• 01 torre com cobertura (telhado) em plástico rotomoldado;• 01 plataforma com piso antiderrapante;• 01 escorregador infantil acoplado, com laterais elevadas de proteção;• 01 balanço com estrutura plástica reforçada ou metálica galvanizada, contendo assento tipo cadeirinha (para faixa etária de 2 a 5 anos) ou assento anatômico em plástico reforçado, com correntes galvanizadas e revestidas;• 01 escada com degraus largos, antiderrapantes e corrimão integrado. <p>Especificações de segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura resistente com aditivo anti-UV;• Cantos arredondados e ausência de partes cortantes; | R\$ 17.750,56 | R\$ 17.750,56 |
|----|----|----|---|------------------|------------------|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|-----------------|------------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• Fixação segura ao solo por meio de sistema de ancoragem ou concretagem;• Parafusos embutidos e protegidos;• Piso do entorno com material amortecedor (piso emborrachado, grama sintética ou areia lavada);• Certificação conforme normas técnicas vigentes (ABNT);• Indicação de faixa etária recomendada: 2 a 5 anos;• Capacidade mínima de 3 a 5 crianças simultaneamente. COM INSTALAÇÃO INCLUSA | | |
| 04 | 15 | Un | <p>BALANÇO INFANTIL Balanço infantil destinado ao uso em unidades de Educação Infantil, adequado para crianças pequenas, proporcionando atividades recreativas seguras e estímulo ao desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora e percepção corporal.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em material plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A estrutura deverá apresentar alta estabilidade e resistência às intempéries, podendo ser utilizada em ambientes internos e externos. O assento deverá possuir formato anatômico, com proteção lateral e frontal ou sistema de segurança adequado à faixa etária atendida.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• estrutura segura e estável; | R\$ 1.220,47 | R\$ 18.307,05 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|------------|-------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• capacidade adequada para crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| 05 | 15 | Un | <p>GANGORRA INFANTIL Gangorra infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, projetada para atividades recreativas seguras, contribuindo para o desenvolvimento do equilíbrio, coordenação motora, força muscular e interação social entre as crianças.</p> <p>O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado, polietileno de alta resistência ou material equivalente, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas e cantos arredondados, garantindo segurança durante o uso.</p> <p>A base deverá possuir estrutura estável e sistema de amortecimento ou apoio inferior que reduza impactos durante o movimento. Os assentos deverão ser anatômicos e equipados com alças ou pegadores ergonômicos que proporcionem firmeza e segurança.</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• capacidade para duas ou mais crianças simultaneamente;• assentos anatômicos com pegadores de segurança; | R\$ 276,91 | R\$4.153,65 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|----|----|---|---------------|-----------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• base estável com sistema de redução de impacto;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol, umidade e intempéries;• fácil limpeza e manutenção;• adequado à faixa etária da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue montado ou com instruções claras de montagem, acompanhado de manual de uso e orientações de segurança. COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| 06 | 20 | Un | <p>MOTOCA INFANTIL Motoca infantil destinada ao uso em unidades de Educação Infantil, desenvolvida para atividades recreativas seguras que estimulem a coordenação motora ampla, o equilíbrio, a autonomia e a orientação espacial das crianças. O equipamento deverá ser fabricado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta resistência, atóxico e de fácil higienização, com superfícies lisas, cantos arredondados e estrutura reforçada, garantindo segurança durante o uso. Deverá possuir design ergonômico, assento anatômico e rodas largas que proporcionem estabilidade e deslizamento suave, evitando tombamentos e garantindo segurança à faixa etária atendida. Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• material resistente, atóxico e lavável;• estrutura reforçada e estável; | R\$ 214,89 | R\$ 4.297,80 |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

| | | | | | |
|----|------|----|---|------------|------------|
| | | | <ul style="list-style-type: none">• rodas largas e resistentes para maior equilíbrio;• assento anatômico e confortável;• superfícies lisas e bordas arredondadas;• resistência ao sol e à umidade;• fácil limpeza e manutenção;• adequado para uso interno e externo;• capacidade compatível com crianças da Educação Infantil;• certificação conforme normas de segurança aplicáveis. <p>O equipamento deverá ser entregue em perfeitas condições de uso, acompanhado de manual de instruções e orientações de segurança.</p> <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| 07 | 37 m | Un | <p>CERCADO INFANTIL EM PLÁSTICO</p> <p>Cercado modular destinado à organização e delimitação de espaços em ambiente escolar, especialmente para uso na Educação Infantil, confeccionado em plástico rotomoldado ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico, resistente e de fácil higienização.</p> <p>Dimensões mínimas sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Altura mínima dos painéis: 60 cm a 80 cm• Largura mínima de cada módulo: 60 cm• Espessura reforçada para maior estabilidade <p>Composição mínima:</p> <ul style="list-style-type: none">• Conjunto com no mínimo 06 a 08 módulos interligáveis;• 01 módulo com portão de acesso com trava de segurança externa;• Sistema de encaixe firme entre os painéis;• Base estável com pés antiderrapantes. | R\$ 904,15 | R\$ 904,15 |



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI**

| | | | | | |
|--------------|--|--|--|--|----------------------|
| | | | <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Material resistente a impactos;• Cantos arredondados e sem arestas cortantes;• Superfície lisa e lavável;• Cores variadas e atrativas;• Possibilidade de montagem em formatos variados (circular, quadrado, retangular);• Indicação de faixa etária: 0 a 5 anos.• metragem 14,5x4 = TOTAL 37 metros <p>COM MONTAGEM INCLUSA</p> | | |
| TOTAL | | | | | R\$112.993,22 |

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.



ANEXO IV

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ___/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 318/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua dos Imigrantes, nº 499, Centro, em Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.940.776/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EDER PICOLI, inscrito no CPF sob o Nº ***.627.519-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato, representada pelo(a) Sr(a). _____, portador do documento de identidade nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante identificada apenas como **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1. AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNDS INFANTIS, CERCADOS INFANTIS EM PVC, MOTOCAS, BALANÇOS E GANGORRAS INFANTIS, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E NOVA UNIDADE DE CRECHE MUNICIPAL, VISANDO PROPORCIONAR AMBIENTES SEGUROS, ORGANIZADOS E ADEQUADOS AO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA DO LICITANTE VENCEDOR (art. 92, II)

1. Este contrato é vinculado ao edital do Processo Licitatório nº 318/2026, Pregão Eletrônico nº 014/2026, homologado em __/__/2026, e à proposta do licitante vencedor _____.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.



CLÁUSULA QUARTA: REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO (art. 92, IV)

A entrega do produto deverá ser realizada pelo fornecedor de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e/ou das 13:30 às 17:30 Hr, nos seguintes endereços: Creche CEI ABC Rua Helena Bigaton, creche CEI II Rua Salgado Filho

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

1. PREÇO: R\$ _____ (_____).
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será feito mensalmente pela Prefeitura de acordo com o cronograma sendo que as notas entregues até o dia 20 serão pagas até o dia 30, as notas entregues até o dia 30 serão pagas até o dia 10 e as notas entregues até o dia 10 serão pagas até o dia 20.
3. CRITÉRIOS: Mediante apresentação das notas e efetiva comprovação de fornecimento do objeto contratado, após conferência e recebimentos provisório e definitivo pelo fiscal de contrato e demais responsáveis.
4. DATA-BASE: 24/03/2026
5. PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS: 1 ano.
6. CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO: Mediante solicitação escrita do contratado, seguindo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

CLÁUSULA SEXTA: OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO, QUANDO FOR O CASO, E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO (art. 92, VI)

1. CRITÉRIOS DA MEDIÇÃO: Não se aplica.
2. PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO: Não se aplica.
3. PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO: 10 dias.
4. PRAZO PARA PAGAMENTO: 10 dias.



CLÁUSULA SÉTIMA: OS PRAZOS DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA, OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

1. PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO: após recebimento da ordem de fornecimento.
2. PRAZO DE CONCLUSÃO: O prazo máximo de entrega será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
3. PRAZO DE ENTREGA: O prazo máximo de entrega será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados do recebimento da ordem de fornecimento.
4. PRAZO DE OBSERVAÇÃO: Não se aplica.
5. PRAZO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: Não se aplica.
6. VIGÊNCIA CONTRATUAL: O presente instrumento entrará em vigor a partir de sua assinatura até 31/12/2026 podendo ser prorrogado, nos termos do art. 105 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

1. Os recursos orçamentários previstos correrão por conta dos consignados no orçamento para o ano de 2026.

| Desp. | Fonte | Projeto/Atividade de | Nome do Projeto/Atividade | Elemento | Descrição do Elemento |
|-------|----------------------|----------------------|--------------------------------------|--------------|--|
| 380 | 2665 7000 0000 | 08241000302.07 6 | Manutenção das atividades dos idosos | 4490 5299 | Outros equipamentos e materiais permanente |

2. Os recursos serão oriundos do município e do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

15 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)

15 dias.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XIII)

Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO (art. 92, XIV)

1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado



da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);

d) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

e) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

f) manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g) indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço.

3. PENALIDADES CABÍVEIS: Conforme item 23 do edital.

4. VALORES DAS MULTAS: Conforme item 23 do edital.

5. BASES DE CÁLCULO: Conforme item 23 do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO (art. 92, XVI)

1. O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ (art. 92, XVII)

1. O CONTRATADO fica obrigado a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO (art. 92, XVIII)

1. A gestão do contrato caberá ao Senhor Eder Picoli, Prefeito Municipal.
2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelas senhoras Ducelia Terezinha Cé Naibo, Secretária de Educação, Cultura e Esporte, em observância ao disposto no art. 117 e seguintes da Lei 14.133/2021.
3. A Administração poderá designar outro(s) fiscal(ais), quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à(s) fornecedora(s), sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
4. Ao fiscal do Contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar nas respectivas Notas Fiscais, a efetiva prestação dos serviços para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer, tudo devidamente formalizado.
5. A ação de fiscalização não exonera a(s) contratada(s) de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

1. Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 136, *caput* da Lei nº 14.133/2021):
 - a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - b) Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - d) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
 - e) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;



- g) Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

1.1. As hipóteses de extinção a que se referem as letras “b”, “c” e “d” do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 136, § 3º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o **CONTRATADO** tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- b) Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

2. O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (art. 136, § 2º da Lei nº 14.133/2021):

- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à



Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

3. A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

3.1. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

3.2. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o **CONTRATADO** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):

- a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- b) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
 - i) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - ii) Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - iii) Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - iv) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- d) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.



4.1. A aplicação das medidas previstas nas letras “a” e “b” do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

4.2. Na hipótese da letra “b”, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.

5. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 136, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO (art. 92, § 1º)

1. É declarado competente o foro da sede da Administração Pública Municipal para dirimir qualquer questão contratual, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) Licitação internacional para a aquisição de bens e serviços cujo pagamento seja feito com o produto de financiamento concedido por organismo financeiro internacional de que o Brasil faça parte ou por agência estrangeira de cooperação;
- b) Contratação com empresa estrangeira para a compra de equipamentos fabricados e entregues no exterior precedida de autorização do Chefe do Poder Executivo;
- c) Aquisição de bens e serviços realizada por unidades administrativas com sede no exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o **CONTRATANTE**, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da **CONTRATADA**.

2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou



regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

- c)** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
 - i)** Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d)** Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
 - i)** Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

4. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.



- 5.** No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 70/2023, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).
- 6.** A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
- 7.** A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
- 8.** As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.
- 9.** A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.
- 10.** A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.
- 10.1.** Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.
- 11.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.



12. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

13. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

14. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

15.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

16. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 *LGPD).

16.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de



qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: PUBLICAÇÃO

1. Este contrato será publicado no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

II - Página do Município de Caibi (www.caibi.atende.net);

III - Diário Oficial dos Municípios – DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021);

IV - Jornal diário de grande circulação local (art. 175, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

Caibi – SC, ____ de _____ de ____.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXXXXX
Sócio-administrador
Contratado

TAISON GASPARIN
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.373

DECLARO que sou Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbido de acompanhar o fiel cumprimento deste instrumento.

Nome



ANEXO V

Municípios que aplicam o benefício local/regional.

| AMERIOS (Associação do Município Entre Rios) |
|---|
| BOM JESUS DO OESTE |
| CAIBI |
| CAMPO ERÊ |
| CUNHA PORÃ |
| CUNHATÁI |
| FLOR DO SERTÃO |
| IRACEMINHA |
| MARAVILHA |
| MODELO |
| PALMITOS |
| RIQUEZA |
| ROMELÂNDIA |
| SALTINHO |
| SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO |
| SAUDADES |
| SÃO MIGUEL DA BOA VISTA |
| TIGRINHOS |